



**O estágio supervisionado nos cadernos de formação RBCE: uma revisão das produções entre 2009 a 2016**

**The Supervised intership in RBCE training notebooks: a review of productions between 2009 and 2016**

**Las Prácticas Supervisadas en los cuadernos de formaci3ns de la RBCE: un repaso de las producciones entre 2009 y 2016**

Welerson Rodrigues Nascimento  
Marcelo Siqueira de Jesus

1 Graduado em Licenciatura em Educa33o F3sica pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Secret3rio de Cultura do munic3pio de Couto de Magalh3es de Minas -MG

Orcid <https://orcid.org/0009-3023-0687>

Lattes <http://lattes.cnpq.br/0671437640272269>

2 Doutor em Educa33o pela Universidade Federal Fluminense, Niter3i-RJ. Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri - UFVJM, Diamantina-MG

Orcid <https://orcid.org/0000-0002-1153-2251>

Curric3ulo Lattes <http://lattes.cnpq.br/7030506577934507>

Correspond3ncia para: [marcelo.siqueira@ufvjm.edu.br](mailto:marcelo.siqueira@ufvjm.edu.br) [welerson.couto@hotmail.com](mailto:welerson.couto@hotmail.com)

*Submetido em 06 de fevereiro de 2024*

*Primeira decis3o editorial em 04 de junho de 2024.*

*Segunda decis3o editorial em 27 de julho de 2024.*

*Aceito em 15 de dezembro de 2024*

**Resumo:** O presente artigo versa sobre o Est3gio Supervisionado na Forma33o de Professores em Educa33o F3sica escolar, e buscou-se realizar uma pesquisa bibliogr3fica, que revisou a produ33o dos Cadernos de Forma33o da Revista Brasileira de Ci3ncias do Esporte (RBCE), entre os anos de 2009 a 2016. Justifica-se esse recorte temporal das produ333es em raz3o de tr3s documentos que demarcam pol3ticas p3blicas educacionais de car3ter da inclus3o 3tnica e

racial: Resolução CNE CP 01/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares para o ensino de História da África e de conteúdos afro-brasileiros (2013); Lei Federal nº 13.146/2015, que institui a política de inclusão e o estatuto da Pessoa com Deficiência; Resolução CNE CP 02/2015, que reestrutura os currículos dos cursos de licenciatura. Investigou-se na produção deste supracitado periódico, sobretudo, o objeto temático Estágio Supervisionado nos Cursos de Licenciatura em Educação Física, e selecionamos artigos no período de 2009 a 2016, através da leitura de título, resumo e referência bibliográfica; verificamos a existência de citações relacionadas à inclusão da diferença no Estágio Supervisionado.

Palavras-chave: Política Pública de Inclusão Social; Formação de Professores em Educação Física Escolar e Estágio Supervisionado.

Abstract: This article deals with the Supervised Internship in the Training of Teachers in Physical Education at school, and we sought to carry out a bibliographic research, which reviewed the production of the Training Notebooks of the Brazilian Journal of Sports Sciences (RBCE), between the years from 2009 to 2016. This time frame of the productions is justified by three documents that demarcate educational public policies of a social inclusion nature: Resolution CNE CP 01/2004, which establishes the Curriculum Guidelines for the teaching of African History and Afro-Brazilian content (2013); Federal Law No. 13,146/2015, which institutes the inclusion policy and the statute of Persons with Disabilities; Resolution CNE CP 02/2015, which restructures the curriculum of degree courses. The thematic object Supervised Internship in Physical Education Degree Courses was investigated in the production of this journal, and we selected articles from 2009 to 2016, by reading the title, abstract and bibliographic reference; we verified the existence of quotes related to the inclusion of difference in the Supervised Internship.

Keywords: Public Policy for Social Inclusion; Training of Teachers in School Physical Education and Supervised Internship.

Resumen: Este artículo trata sobre la Práctica Supervisada en la Formación de Maestros de Educación Física en la escuela, y buscó realizar una investigación bibliográfico, que revisó la producción de los Cuadernos de Formación de la Revista Brasileña de Ciencias del Deporte (RBCE), entre los años comprendidos entre 2009 y 2016. Este cronograma de las producciones se justifica en tres documentos que delimitan las políticas públicas educativas de carácter de inclusión social: Resolución CNE CP 01/2004, que establece los Lineamientos Curriculares para la enseñanza de la Historia Africana y la Historia Afroamericana. Contenido brasileño (2013); Ley Federal nº 13.146/2015, que instituye la política de inclusión y el estatuto de las Personas con Discapacidad; Resolución CNE CP 02/2015, que reestructura el plan de estudios de las carreras de grado. En la producción de esta revista se investigó el objeto temático Prácticas Supervisadas en Carreras de Licenciatura en Educación Física, y se seleccionaron artículos del año 2009 al 2016, mediante lectura del título, resumen y referencia bibliográfica; verificamos la existencia de cotizaciones relacionadas la inclusión de la diferencia en las Prácticas Supervisadas.

Palabras clave: Política Pública de Inclusión Social; Formación de Maestros de Educación Física Escolar y Prácticas Supervisadas.

## O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: QUESTÕES INICIAIS

As medidas legais em políticas públicas educacionais nestas duas últimas décadas representaram conquistas dos movimentos sociais. Tais ações visam valorizar a diversidade e a combater as desigualdades sociais, por exemplo, através de diálogos que incluam temas relacionados às diferenças étnico-raciais. Citamos as normatizações das Leis Federais n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08<sup>1</sup>; Lei Federal n.º 13.146/2015<sup>2</sup>, e as Resoluções CNE CP n.º 01/2004<sup>3</sup> e CNE CP n.º 02/2015<sup>4</sup>. Esta última legislação indicou reestruturação dos cursos de licenciatura. Dentre as suas deliberações, os projetos pedagógicos de cursos (PPCs) devem inserir conteúdos sobre direitos humanos e intersecções dos marcadores sociais da diferença, tais como: classe social, raça, gênero, deficiência, regionalidade, religiosidade, territorialidade, entre outros.

O interesse de realizar esta pesquisa de conclusão de curso surgiu no momento de empiria do Estágio Supervisionado, nas aulas de ensino médio na Educação Física Escolar. Devido a uma situação de aula sexista, na qual, durante a semi-regência, presenciamos uma distinção social, através da separação dos discentes por gênero. Como isso violaria a garantia do direito de uma atividade escolar inclusiva. Percebemos a demonstração de poder patriarcal do docente ao reproduzir um ambiente de aula sexista.

Desenvolvemos uma pesquisa do tipo bibliográfico, que revisou artigos da Revista Cadernos de Formação da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE). O objetivo da investigação foi saber se nos artigos revisados, referente ao tema Estágio Supervisionado em Educação Física Escolar, a temática diferença e direitos humanos foram adotados nas produções de artigos publicados. Investigamos os artigos através da página eletrônica dos Cadernos de Formação da RBCE, com recorte temporal entre os anos de 2009 até 2016. Justificamos o recorte temporal, em razão da implementação das medidas progressistas para promoção das políticas educacionais que destacam o tema das diferenças étnico-raciais.

Adotamos as legislações antirracistas como base documental de análise: Leis Federais n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08, devido a sua obrigatoriedade de inserção dos conteúdos sobre História de África, cultura afro-brasileira e cultura indígena nos currículos

---

<sup>1</sup> Antirracistas combatem o racismo estrutural, através da superação do caráter monocultural do currículo eurocêntrico, institui obrigatoriedade no ensino sobre história da África, cultura afro-brasileira e indígenas no Brasil.

<sup>2</sup> Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e dá deliberações sobre a política educacional de inclusão social.

<sup>3</sup> Institui as Diretrizes curriculares para o Ensino de História de África e Cultura Afro-brasileira.

<sup>4</sup> Reestrutura os cursos de licenciatura e providencia inserção de conteúdos e saberes sobre inclusão e direitos humanos.

escolares. As Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais e da reestruturação curricular dos Cursos de Licenciatura: Resoluções CNE/CP nº 01/2004 e da CNE/CP nº02/2015, visam orientar sobre a inserção dos saberes referente à temática dos direitos humanos na matriz curricular dos diferentes cursos de licenciatura plena.

Em razão de ser uma pesquisa de conclusão de curso de graduação, das devidas limitações, selecionamos apenas os artigos dos Cadernos de Formação RBCE, que destacam tema, objeto, sujeitos e metodologia referente aos temas: estágio supervisionado, direitos humanos e educação antirracista. Justificamos a escolha deste periódico em razão de ser um relevante espaço de divulgação da cientificidade, da maior entidade científica da Educação Física no Brasil. Entendemos ser relevante conhecer sobre a presença da diferença e dos direitos humanos nas produções desta revista no período de implantação e implementação das políticas educacionais progressistas de inclusão étnica e racial.

Sem perder a luz do momento do qual surgiu o interesse de realização desta pesquisa, compreendemos que o estágio supervisionado é de ampla importância na formação inicial do professor. Silva (2005) considera que:

(...) o Estágio permite a integração da teoria e da prática, e, é o momento de concretude da profissão. É, portanto, uma importante parte integradora do currículo, em que o licenciando vai assumir, pela primeira vez, a sua identidade profissional e sentir, na pele, o compromisso com o aluno, com sua família, com sua comunidade, com a instituição escolar, que representa a inclusão civilizatória de vastas camadas da população; com a produção conjunta de significados em sala de aula; com a democracia, com o sentido de profissionalismo que implique competência, isto é, fazer bem o que lhe compete (p. 24).

Alarcão (2011, p.13) compreende que “as escolas são os lugares onde as novas competências devem ser adquiridas, reconhecidas e desenvolvidas”. Nas atuais medidas das políticas públicas educacionais, citamos a Base Nacional Curricular Comum e a Reforma do Ensino Médio, e consideramos a sua condição monocrática, da qual, em sua implantação, subsumiu aspectos da diferença e dos direitos humanos, pautados nos encontros regionais e nacionais do CONAE (Conferência Nacional de Educação) e no Plano Nacional de Educação (PNE). Compreendemos que às questões referenciadas à diferença e aos direitos humanos estão subsumidas pelos aspectos de uma educação meritocrática através das competências, das habilidades e do empreendedorismo. Diferença, Inclusão e Direitos Humanos estão sub-representados na atual matriz curricular do Ensino Médio e, não atende a perspectiva da

promoção da justiça social devido a sua perspectiva acrítica. Mesmo que cita a escolha do discente por itinerários formativos, compreendemos que se trata de uma autonomia relativa em vista que as escolas públicas de ensino médio teriam as condições de ofertar unidades curriculares que ampliam a diversidade de conhecimentos proposto na matriz curricular desta nova legislação?

Defendemos a posição de que a escola tem a função de acolher as diversidades, pautadas nas diferenças de natureza social e identitária. Seja ela, instituição pública ou privada, a cultura escolar é constituída por sujeitos, identidades, linguagens, conhecimentos científicos, tradições inventadas e valores civilizatórios acumulados por gerações, sendo assim, neste contexto, Silva (2006) elegem que:

(...) os principais elementos que desenhariam essa cultura seriam os atores: famílias, professores, gestores e alunos; os discursos e as linguagens, modos de conversação e comunicação; as instituições, organização escolar e o sistema educativo; e as práticas, pautas de comportamento que chegam a se consolidar durante um tempo (p. 202).

O estágio na área da Educação Física Escolar envolve saberes que vão para além daqueles relacionados aos conteúdos da Cultura Corporal. Entendemos que questões sobre a diferença devem estar inseridas na práxis educativa compromissada com a promoção de cidadania, valorização e respeito à diversidade humana. Carvalho *et. al.* (2011) enumera que no estágio supervisionado, o discente encontra situações no ambiente escolar que revelam:

(...) nesse momento, o conteúdo teórico-metodológico aprendido no curso é tensionado pela realidade que se impõe: a falta de material, de espaço físico adequado, de formação para o professor da rede, de salários dignos, de uma proposta pedagógica comprometida com as classes populares, dentre outros (p.11).

Pimenta e Lima (2004) consideram que “a finalidade do estágio é propiciar ao aluno uma aproximação da realidade na qual atuará” (p. 45). O tempo de realização de estágio citado na Resolução CNE/CP nº 02/2019, no Capítulo IV, Art. 11, sinaliza a carga horária de 400 horas. Em relação a sua natureza e sua finalidade, o texto da Lei Federal nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, em seu Art.1º define:

(...) o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação

profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008, p.01).

A Orientação Normativa nº. 04, de Julho de 2014, do Ministério do Planejamento, destacam que nas ações de estágio:

A carga horária do estágio será de quatro horas diárias e vinte semanais ou de seis horas diárias e trinta semanais, observado o disposto no art. 10, I, da Lei nº 11.788, de 2008, bem como o horário de funcionamento do órgão ou entidade, desde que compatível com o horário escolar, devendo ser cumprida no local indicado pelo órgão ou entidade (BRASIL, 2014, p.26).

Essas normativas elucidam e representam o aspecto dogmático e instrumental do controle de horas do estágio. Entretanto, às questões da Diferença e dos Direitos Humanos no estágio supervisionado estão subsumidas pela questão funcional e metodológica que dinamizam os momentos dos estágios. Devido ao caráter instrumental e dogmático, as produções dos artigos no campo da Educação Física Escolar, no tema estágio supervisionado, na Revista Cadernos de formação RBCE, alcançam o caráter prospectivo de incluir temas como Direitos Humanos e Inclusão em suas investigações?

## REVISÃO DE LITERATURA

As ações da unidade curricular Estágio Supervisionado, em geral, desenvolvidas nos cursos de licenciatura materializam a organização das suas ações pedagógicas, através da elaboração de um Plano de trabalho, que sinalizam as fases, das quais, serão realizadas as atividades curriculares na Educação Básica: observação, semi-regência e regências. O licenciando desenvolve o seu estágio em unidades escolares do tipo: pública, privada e confessional, geralmente, firmada por parcerias e convênios estabelecidos entre a instituição concedente e a instituição formadora. Carvalho *et. al.*(2011) sobre este processo formativo compreende que:

Uma questão importante a respeito do trabalho realizado nesses campos é que ele pede processos de sensibilização dos estudantes-estagiários de Educação Física com relação ao público ali encontrado, tanto no tocante ao trato com esse público quanto ao trato com o conhecimento específico da área, que nesses ambientes não necessariamente carece de disciplinarização (p. 11).

Entre as situações limites que surgem neste processo formativo, citamos o estágio no ensino médio<sup>5</sup>, devido às diferenças identitárias, dentre elas, regionalidade, religiosidade, racialidade, sexualidade, intergeracionalidade, intrageracionalidade e deficiência. A práxis educativa do momento de estágio supervisionado na opinião de Carvalho *et. al.* (2011) se materializa com:

A teoria e a metodologia ensinadas esbarram na criança, pessoa deficiente, no professor em serviço, na administração, enfim, na escola concreta e dinâmica que se apresenta ao professor em formação, exigindo algumas saídas imediatas para problemas complexos e, sobretudo, solicitando que se aprenda a lidar com os sucessos e com os fracassos advindos das práticas pedagógicas vividas no âmbito escolar (p.11).

Neste processo resultam experiências de estágio que constitui uma questão de relevância teórico-metodológica quando da escolha dos conteúdos da cultura corporal, dentre os quais, as atividades práticas esportivas com característica da competição reverberam nas atitudes excludentes. Tais atitudes geram problemas de relacionamentos evidenciados nas aulas de Educação Física, seja no ensino médio regular e, principalmente, na Educação de Jovens e Adultos. Carvalho *et. al.* (2011) considera que neste ambiente de interação e de formação, o desafio posto é de que:

O Estágio localiza a convergência das construções teórico-metodológicas feitas ao longo do curso, possibilitando o exercício do trabalho do professor nos locais onde ele se materializa para a necessária articulação entre estudo, problematização, planejamento, intervenção, reflexão e registro dessas experiências (p.10).

Tal experiência de sala de aula para o licenciando deve proporcionar compreensão da realidade social. Pimenta e Lima (2004) consideram que “o estágio tem de ser teórico-prático, ou seja, que a teoria é indissociável da prática” (p. 34). A experiência da regência possibilita vivenciar o cotidiano escolar, desde o planejamento das aulas, aos problemas relacionados à jornada laboral.

---

<sup>5</sup> A Lei Federal n.º 13.415/2017, denominada Reforma do Ensino Médio, amplia a carga horária e dá outras providências na organização curricular, atenta-se aos itinerários formativos, que merece investigação para saber das situações limites para realização do estágio supervisionado, em razão da redistribuição de horas aula na Educação Física no Ensino Médio.

O momento de estágio requer um agir social e professoral que se desenvolve através do ato emancipatório e dialógico do gesto autônomo do pesquisar e o do ensinar. Quanto a isso, Freire (1996) considera que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer e o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (p. 16).

As experiências de aprendizagens e de conhecimentos junto aos alunos da educação básica corroboraram na práxis educativa acumulada pelo licenciando no momento de estágio supervisionado. Francisco e Pereira (2004) consideram o estágio como aquele momento da transição do licenciando para o docente. Este processo dá início à identidade didática e pedagógica professoral. Marta Alice Feiten Buriolla (2001) considera que através do estágio, o licenciando encontra um importante momento para constituir a sua identidade profissional, de maneira política, reflexiva e crítica.

## RESULTADOS DA PESQUISA

Revisamos os artigos dos Cadernos de Formação da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), entre os anos de 2009 a 2016. Adotamos como roteiro de investigação: a leitura do Título do artigo; do seu Resumo; das tuas Palavras-chave; das Considerações Finais e das Referências Bibliográficas. As palavras chave adotadas para seleção dos artigos foram: Estágio Supervisionado; Direitos Humanos; Diferença; Inclusão Étnico-racial.

Foram selecionados 13 artigos, denominados para esta exposição de N1 até N13. O prisma da investigação de deu pelo objetivo geral de saber se fazem menção a diferença, a educação antirracista e aos direitos humanos no estágio supervisionado na Educação Básica. Objetivos específicos se deram em saber se os artigos fazem menção às normas que regem o estágio supervisionado; citar dados da Metodologia/Dinâmica/Ações/Operacionalidade da organização do estágio; realizar intersecções entre os marcadores sociais da diferença: raça, gênero, classe, sexualidade, deficiência, regionalidade, territorialidade e religiosidade.

Apresentamos quadro expositivo dos artigos selecionados. Lançamos pareceres de: parcialmente (que atende até dois objetivos dessa pesquisa) e totalmente (que atende todos os objetivos da investigação):

Quadro I

NA	Título / ano de publicação	Resultado da Avaliação
N1	Esporte, Educação Física e Educação Infantil: Estabelecendo Novos Diálogos (2009)	P
N2	O Estágio Na Formação Docente Em Educação Física: Problematização Inicial (2011)	P
N3	Futebol: Uma Experiência Com Alunos Do 9º Ano Em Uma Escola Da Rede Estadual De Goiás (2012)	P
N4	Bebês Em Movimento: Estágio Da Educação Física Na Educação Infantil (2012)	P
N5	A Conjuntura Da Ebm Beatriz De Souza Brito: Formação Docente e Educação Física (2013)	P
N6	O Ensino Da Capoeira Nos Anos Iniciais Na Educação Física Escolar (2013)	P
N7	Lutas Na Educação Física Escolar: Uma Experiência No Ensino Médio (2014)	P
N8	O Rugby Na Educação Física Escolar: Relato De Uma Prática (2014)	P
N9	O Professor De Educação Física Na Educação Infantil: Estratégias De Um Projeto De Formação De Professores No PIBID/CAPES-UFPR (2015)	P
N10	O Esporte Radical E Suas Possibilidades Na Educação Infantil: O Relato De Experiência Em Uma Unidade Educacional (2015)	P
N11	O Atletismo Nas Aulas De Educação Física Infantil: Relato De Experiência No Estágio Supervisionado I (2015)	P
N12	Saberes E Movimento – O Diálogo Entre Educação Física E Educação Infantil: Reflexões A Partir Da Prática Pedagógica (2016)	P
N13	Atividades De Aventura Na Licenciatura Em Educação Física: Um Relato De Experiência (2016)	P

Fonte: Produção dos Autores deste artigo a partir da revisão dos Cadernos de Formação RBCE 2009-2016.

Legenda:

NA – Número do Artigo;

Título/ano de publicação – Título do artigo e ano de publicação;

Resultado da Avaliação: P - Parcialmente; T – Totalmente.

## APRESENTAÇÃO DESCRITIVA DOS RESULTADOS

Apresentamos dados referentes aos artigos selecionados nos Cadernos de Formação RBCE, de maneira descritiva, visamos verificar se atenderam aos objetivos elencados nesta investigação.

O artigo N1 – Esporte, Educação Física e Educação Infantil: estabelecendo novos diálogos (2009), apresenta relato de experiência no estágio, destaca como ponto central, a importância do brincar e da brincadeira no trabalho pedagógico com os infantes. O artigo menciona sobre as atividades pedagógicas desenvolvidas: jogos com bola, atividade aquática e ginástica artística. No corpo textual não estão indicados dados sobre direitos humanos, diferença e inclusão étnico-racial.

No corpo textual do artigo N2 – Estágio na formação Docente em Educação Física: Problematização Inicial (2011) destacam-se as experiências na unidade curricular Estágio Supervisionado II, do curso de licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal de Goiás, no Campus Catalão. Encontramos no artigo a descrição dos desafios encontrados pelos licenciandos no momento de estágio na Educação Infantil e na Educação Especial. Destaca-se a necessária articulação entre estudo, problematização, planejamento,

intervenção, reflexão e registro das experiências de estágio. O artigo faz menção às normativas que regem o estágio na Universidade Federal de Goiás.

Em relação ao artigo N3 – Futebol: Uma experiência com alunos do 9º Ano em uma escola da rede estadual de Goiás (2012) problematiza sobre a experiência no Estágio Supervisionado e indica as situações limites para o pleno desenvolvimento das práticas pedagógicas durante o estágio na Educação Física Escolar. O artigo atende parcialmente a nossa pesquisa, por trazer indicações das normativas que regem o estágio supervisionado na ESEFFEGO/UEG. Destaca-se neste artigo a menção ao tema Gênero, que foi temática debatida durante as atividades do estágio supervisionado.

A perspectiva dos artigos N2 a N3 apresenta aspectos interseccionais da diferença, quando destacam objeto, sujeitos, espaço escolar público, níveis e modalidades de ensino. Compreendemos que tal menção sobre os aspectos da diferença, aproxima estas produções daquilo sinalizado pela Resolução CNE/CP n.º 02/2015, no entanto, a questão da diferença está subsumida aos aspectos pedagógicos, didáticos, metodológicos e instrumentais da Educação Física Escolar, sem promover aprofundamentos com as questões raciais, étnicas e da religiosidade de matriz africana, conforme destacado pela Resolução CNE/CP n.º 01/2004. Na descrição do atendimento aos infantis, a perspectiva do ensino antirracista não foi encontrada no artigo. As diferenças de gênero e de territorialidade poderiam ter sido confrontadas com os dados demográficos do lócus de realização do estágio.

Sobre o artigo N4 – Bebês em movimento: Estágio da Educação Física na Educação Infantil (2012), que apresenta um relato de experiência pedagógica junto ao Berçário, de um Centro Municipal de Educação Infantil, de Catalão-GO. O artigo menciona sobre as atividades pedagógicas desenvolvidas na unidade curricular Estágio Curricular Supervisionado II, do Curso de Licenciatura em Educação Física, do Campus Catalão, da UFG, no ano de 2010. As autoras deste artigo apresentam a proposição de ação pedagógica na perspectiva motora da adaptação humana, discorrem sobre a prática pedagógica pautada na epistemologia desenvolvimentista, com bases no comportamento motor e nas habilidades motoras, sem qualquer menção relacionada à diferença e aos direitos humanos.

Encontramos no artigo N5 – A Conjuntura da EBM Beatriz De Souza Brito: Formação Docente e Educação Física (2013), o relato de experiência do Estágio Supervisionado, do MEN/CED/UFSC e do Programa de Iniciação à Docência – PIBID/UFSC. Destacam-se os registros das atividades de ensino desenvolvidas durante essa experiência docente de formação inicial, através da prática desenvolvida no Programa Institucional PIBID

Educação Física UFSC. No entanto, não há menção sobre aspectos da diferença e dos direitos humanos.

Destacamos o artigo N6 – O Ensino da Capoeira nos anos iniciais na Educação Física Escolar (2013), devido experiência do conteúdo Capoeira no estágio em turma do terceiro ano do ensino fundamental. Dentre as descrições do desenvolvimento desta ação pedagógica, a nossa atenção voltou-se à menção sobre vida dos escravos e das questões da vida social numa sociedade escravagista. Consideramos a palavra escravo como algo que mantém uma visão de alteridade, que promove subalternidade e lançam estereótipos à população negra. Entendemos que na perspectiva de uma ação pedagógica que se baseia na luta contra o racismo e na promoção dos direitos humanos (BRASIL, 2004; BRASIL, 2015), essencial valorizar a dignidade humana e a cidadania, mesmo que seja mencionado um recorte de período histórico, do qual, os direitos civis e fundamentais não eram de acesso a todos os sujeitos humanos. Assim, erradicar estereótipos e configurações relacionais de trabalho braçal e manual ser sinônimo de ações laborais das populações negras e indígenas torna-se essencial para promoção de cidadania e da garantia dos direitos humanos.

Sobremaneira, apresentar uma experiência do ensino de luta não eurocêntrica se torna relevante na inserção do aspecto étnico na matriz curricular da Educação Básica. O artigo N7 – Lutas na Educação Física Escolar: Uma Experiência no Ensino Médio (2014) registra relato de experiência pedagógica em duas manifestações da cultura corporal: boxe e karatê. Consideramos que este artigo atende parcialmente a nossa pesquisa, quando apresenta linha epistemológica das concepções de aulas abertas. Este método de ensino amplia o sentido da co-participação, da autonomia, da criatividade e da criticidade a partir da experiência dos discentes nas aulas.

Pimenta (2004) destaca o aspecto da relevância social, da conscientização e da dialética nas ações de estágio supervisionado. Nesta linha, argumentamos em relação ao aspecto das Relações Étnico-Raciais, o diálogo com essas duas manifestações boxe e karatê, potencializam a premissa dos direitos humanos. Atenderá essa premissa se contextualizar dados da geopolítica e da perspectiva do curricular antirracista (BRASIL, 2003; BRASIL, 2004). Compreendemos que tal perspectiva promove um sentido intelectual, democrático, propedêutico e inclusivo nas aulas de Educação Física Escolar.

O conteúdo de esporte coletivo está sinalizado no artigo N8 – O *Rugby* Na Educação Física Escolar: Relato De Uma Prática (2014). Trata-se de um relato de experiência do Estágio Supervisionado, que teve como conteúdo o *rugby*, nas turmas de 1º e 2º ano do

ensino médio, na cidade de Uruguaiana – RS. Durante o período de dois meses realizaram-se intervenções pedagógicas de *rugby*, e citam a aquisição de valores atitudinais e o desenvolvimento de habilidades motoras. Em relação aos valores atitudinais descritos no artigo, não encontramos menção ao aspecto da diferença e dos direitos humanos. Compreendemos que este conteúdo é relevante, e mesmo não sendo apresentado no artigo, destacamos que este esporte foi tema de uma produção cinematográfica no contexto final do *Apartheid* na África do Sul. Com a ascensão de Nelson Mandela à presidência daquele país africano. Se considerarmos o aspecto da diferença étnico-racial, este conteúdo apresenta potencialidades de promover diálogos numa perspectiva de educação antirracista (BRASIL, 2003; BRASIL, 2004).

A política de aperfeiçoamento e desenvolvimento docente na formação inicial de professores é o tema do artigo N9 – O Professor de Educação Física na Educação Infantil: Estratégias de um projeto de formação de Professores no PIBID/CAPES-UFPR (2015). O artigo traz uma linha de argumentação em torno da formação de professores de Educação Física e sua atuação pedagógica na Educação Infantil. Consideramos a relevância deste artigo devido às menções das políticas públicas educacionais, quando enfatiza a importância da oferta sistemática de formação continuada para os professores que atuam na Educação Física no Ensino Infantil. Entretanto, não há menção se a formação atenderá a perspectiva da diferença e dos direitos humanos. Lançamos a hipótese plausível de que o artigo sinaliza a proposição formativa através das epistemologias eurocêntricas que circulam na Educação Física Escolar (BRASIL, 2018).

A temática do artigo N10 – O esporte radical e suas possibilidades na Educação Infantil: O relato de experiência em uma unidade educacional (2015) é singular e apresenta relato de experiência sobre a prática de *slackline*, da plataforma de equilíbrio, da falsa baiana, da *sandboard* nas dunas, do *surf* e do *skate*. O tema do artigo são os Esportes Radicais na Educação Infantil, e atende ao bloco de conteúdos da Educação Física Escolar, indicado na BNCC (2018). O artigo não argumenta com profundidade sobre as questões da diferença e dos direitos humanos. Outro aspecto que consideramos na produção do artigo é que não sinalizam quais são as estratégias para o desenvolvimento dessas atividades, sobretudo, tivemos a dúvida sobre aquisição dos recursos pedagógicos (materiais), se foram da gestão da unidade escolar ou do professor? Tal questão é relevante na Educação Física Escolar em razão da conhecida falta de recursos didáticos e pedagógicos nas diferentes unidades escolares de ensino público do nosso país (CARVALHO *et. al.*, 2011).

O conteúdo esporte individual é destaque no texto N11 – O Atletismo nas aulas de Educação Física Infantil: Relato de experiência no Estágio Supervisionado I (2015) que apresenta um relato de experiência do projeto de ensino/pesquisa/extensão, desenvolvidos pelos licenciandos do Estágio Supervisionado I e do PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. O público alvo desta ação pedagógica é infantil de três e quatro anos, que experimentaram atividades de pista e de salto. As questões sobre diferença e dos direitos humanos não foram mencionados neste artigo. Compreendemos que o atletismo apresenta potencialidades para dialogar sobre as diferenças de gênero, étnico-raciais e de classe social, sobretudo, ao destacar as provas de velocidade na pista e dos saltos. Essa perspectiva atenderia a premissa da justiça social e dos direitos humanos, quando aspectos da diversidade e da diferença estão inseridos no currículo escolar numa condição de transversalidade (BRASIL, 2015).

Em relação ao artigo N12 – Saberes e Movimento – O Diálogo entre Educação Física e Educação Infantil: Reflexões a partir da prática pedagógica (2016) discorrem sobre experiências com turmas de educação infantil, que durante as atividades do estágio supervisionado, tiveram a oportunidade de desenvolver experiências motoras do brincar. Avaliamos que o artigo não apresenta dados sobre direitos humanos. Em relação à diferença destacam questões de superar as percepções de poder nas relações de gênero através dos jogos e brincadeiras, sobremaneira, quando destacam os aspectos: social, motor, histórico e cultural. As experiências antirracistas na Educação Infantil são de ampla relevância, e mesmo que o artigo não destaca os direitos humanos, compreendemos que parcialmente atende aos objetivos de nossa pesquisa. Passados mais de uma década da implementação das leis antirracistas (BRASIL, 2003; BRASIL, 2008) quando o artigo foi publicado, o caráter do jogo e do brincar sinalizados no artigo preteriu conteúdos que visam superar o racismo institucional do currículo escolar (BRASIL, 2004).

Em nossa análise do artigo N13 – Atividades de Aventura na Licenciatura em Educação Física: Um relato de experiência (2016) que traz apreciações das experiências pedagógicas durante atividades da unidade curricular Atividades de Aventura, que tem como objetivo, promover vivências dos licenciandos nas modalidades de esportes radicais, discutir e pesquisar sobre a inserção dessa manifestação da cultura corporal nas aulas de Educação Física Escolar. Neste artigo, os autores sinalizam a ausência de recursos materiais e estruturais para desenvolver ação pedagógica das atividades de aventura no estágio supervisionado. Não encontramos menção sobre a temática diferença e direitos humanos. Sugerimos inserir

aspectos étnicos das manifestações corporais de aventura relacionados com as comunidades indígenas e quilombolas para potencializar ação antirracista na formação inicial de docentes (BRASIL, 2004).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos artigos investigados nesta pesquisa, destacamos a predominância dos relatos de experiência no período de estágio supervisionado. Todos os artigos alcançaram resultado parcial por não atender a menção plena dos direitos humanos (BRASIL, 2015), a questão da diferença está subsumida aos conteúdos da cultura corporal.

Dos treze artigos selecionados, dois apresentaram alguma menção sobre legislação que normatiza o estágio. Em relação aos níveis de ensino em que foram realizadas as atividades de estágio, seis relacionam-se a educação infantil, dois ao ensino fundamental e dois ao ensino médio. Em nenhum dos artigos investigados mencionam dados sobre a Lei Federal n.º 11.788/08 e nem sobre as leis antirracistas. Essa ausência de citação sobre a legislação federal, no período de recorte temporal desta investigação, nos possibilita lançar uma hipótese conclusiva: os cursos de graduação apresentam distinções de natureza estética, cultural, histórica e social ao preterir indicar dados da legislação federal nas práticas educativas desenvolvidas nos estágios supervisionados.

O conteúdo esporte é hegemônico nos artigos! Em relação às relações interseccionais da diferença: classe, gênero, raça, sexualidade, regionalidade e religiosidade, não estão destacadas nos artigos investigados. No período investigado, consideramos que a perspectiva inclusiva da diferença e dos direitos humanos nas atividades de estágio supervisionado esteve aquém do que representa a sua relevância social.

Os artigos investigados não atenderam as normas educacionais inclusivas das políticas públicas antirracistas, da diferença e dos Direitos Humanos. Consideramos que no período investigado e na atual legislação educacional das matrizes curriculares: Base Nacional Curricular Comum (BNCC), a Reforma do Ensino Médio e a Resolução CNE CES nº. 06/2018, que estabelecem diretrizes aos cursos de graduação em Educação Física, a perspectiva inclusiva na Educação Física Escolar, sobretudo, Diferença e Direitos Humanos no Estágio Supervisionado não estão representados com a devida deferência que cristalizam garantias de valorizar a dignidade humana, premissa essencial na promoção da justiça social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, Isabel. Alunos, professores e escola face à sociedade da informação. IN: Professores Reflexivos em uma escola reflexiva. 8ª Edição, v.8. São Paulo: Editora Cortez, 2011, pp.13-42.

ARAÚJO, A. M. A.; MARCASSA, L. P; FILMIANO, G. M. M. O Ensino Da Capoeira Nos Anos Iniciais Na Educação Física Escolar. Cadernos de Formação RBCE, p. 13-23, mai. 2013.

BRASIL, República Federativa do. Lei Federal nº 11.788/08. Disponível em [www.senadofederal.gov.br](http://www.senadofederal.gov.br) Último acesso em 19/11/2022.

BRASIL, República Federativa do. Orientação Normativa nº 04/2014 do Ministério do Planejamento. Disponível em: [www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br) Último acesso em 19/11/2022.

BRASIL, República Federativa do. Resolução CNE/CP nº 02/2015. Reestruturação dos cursos de Licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file> Último acesso em 19/11/2022.

BRASIL, República Federativa do. Resolução CNE/CP nº 01/2004. Estabelece as Diretrizes para Implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais, História de África e Cultura afro-brasileira. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> Último acesso em 19/11/2022.

BRASIL, República Federativa do. Lei Federal nº. 10.639/03. Obrigatoriedade de conteúdos sobre história e cultura de África e conteúdos afro-brasileiros. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm) Último acesso em 19/11/2022.

BRASIL, República Federativa do. Lei Federal nº. 11.645/08. Obrigatoriedade dos conteúdos indígenas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm) Último acesso em 19/11/2022.

BRASIL, República Federativa do. Resolução CNE/CSE nº. 06/2018. Estabelecem Diretrizes aos cursos de graduação em Educação Física. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104241-](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104241-)

[rces006-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rces006-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192) Último acesso em 17/07/2022.

BRASIL, República Federativa do. Resolução CNE / CP 02/2019, Capítulo IV, Art. 10 e Art. 11. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category\\_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192) Último acesso em 28/09/2023.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. O Estágio Supervisionado. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CARVALHO, Ana Carla Dias. PINHEIRO, Maria do Carmo Morales. PAULA, Maristela Vicente de. O estágio na formação docente em Educação Física: Problemática inicial. IN: Cadernos de Formação RBCE - V.2, n.2. Florianópolis: Editora Tribo da Ilha, 2011, pp.09-19.

CHAVES, P. N; SILVA, I. L; MEDEIROS, R.M. Lutas Na Educação Física Escolar: Uma Experiência No Ensino Médio. Cadernos de Formação RBCE, p. 80-91, set. 2014.

FRANCISCO, C. M.; PEREIRA, A. S. Supervisão e sucesso do desempenho do aluno no estágio. Revista Digital, Buenos Aires-ARG, 2004, v.10, n.69.

GARANHANI, M. C; NADOLNY, L.F. O Professor De Educação Física Na Educação Infantil: Estratégias De Um Projeto De Formação De Professores No PIBID/CAPES-UFPR. Cadernos de Formação RBCE, p. 45-57, mar. 2015.

GIL, A.C. Métodos e Técnicas em Pesquisa Social São Paulo: atlas, 1989, pg. 158-189.

JÚNIOR, N.E.S; ROCHA, A.J.M; FIGUEIREDO, T.D.S. Futebol: Uma Experiência Com Alunos Do 9º Ano Em Uma Escola Da Rede Estadual De Goiás. Cadernos de Formação RBCE, p. 20-31, mai. 2012.

LEITE, J. O; CAUPER, D. A. C; MARTINS, P. C. Saberes E Movimento – O Diálogo Entre Educação Física E Educação Infantil: Reflexões A Partir Da Prática Pedagógica. Cadernos de Formação RBCE, p. 9-19, mar. 2016.

MARTINS, P. C.; ANSELMO, M. L. O Esporte Radical E Suas Possibilidades Na Educação Infantil: O Relato De Experiência Em Uma Unidade Educacional. Cadernos de Formação RBCE, p. 60-68, set. 2015.

MELLO, J. B; PINHEIRO, E. S. O Rugby Na Educação Física Escolar: Relato De Uma Prática dos autores. Cadernos de Formação RBCE, p. 20-32, mar. 2014.

NASCIMENTO, D.B; V. C. P. VASCONCELOS, V.C.P, GONÇALVES M. C. Esporte, Educação Física E Educação Infantil: Estabelecendo Novos Diálogos. Cadernos de Formação RBCE, p. 57-70, set. 2009.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004, pg. 07-40.

PINTO, F.M; Colombi, G. A Conjuntura Da Ebm Beatriz De Souza Brito: Formação Docente e Educação Física. Cadernos de Formação RBCE, p. 9-12, mai. 2013.

RASTELLI, G; FLORES, M. V. O Atletismo Nas Aulas De Educação Física Infantil: Relato De Experiência No Estágio Supervisionado I. Cadernos de Formação RBCE, p. 69-76, set. 2015.

SILVA, B.A. T. et.al. Atividades De Aventura Na Licenciatura Em Educação Física: Um Relato De Experiência dos autores. Cadernos de Formação RBCE, p. 69-80, mar. 2016.

SILVA, F. C. T. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. Educar, Curitiba, n. 28, p. 201-216, 2006. Editora UFPR

SILVA, G. K. D; CINTRA, T.T.A;. PINHEIRO, M.C.M. Bebês Em Movimento: Estágio Da Educação Física Na Educação Infantil. Cadernos de Formação RBCE, p. 46-56, mai. 2012.

SILVA, Maria Lúcia Santos Ferreira da. Estágio curricular: contribuições para o redimensionamento de sua prática / Maria Lúcia Santos Ferreira da Silva, Organizadora. Coleção Pedagógica; nº. 7. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2005. 96 p.